

ÍNDICE

Nota dos Autores	11
Introdução: Distopia à Porta	13
Parte I. A Plataforma	
1. «Dados Críticos»	27
2. Engenheiros da Alma	51
Parte II. Regresso ao Futuro	
3. Homem e Máquina	83
4. O Sonho Chinês	99
5. Irmãos mais Novos	115
6. Dadotopia	128
Parte III. Ventos Alísios	
7. A Rota da Seda Digital	145
8. Parceiros no Pré-Crime	169
9. Segurança Interna	193
Parte IV. A Solução Chinesa	
10. Privacidade Redefinida	219
11. O Panótico e a IA Potemkin	233
12. Contágio	250
13. Nova Ordem?	269
Epílogo. Exílio	281
Agradecimentos	301
Bibliografia Seleccionada	305
Notas sobre Fontes e Nomes	309
Notas	311

NOTA DOS AUTORES

Este livro é produto de cinco anos de reportagens na China, nos Estados Unidos, em África e noutros lugares, a maior parte das quais para o *The Wall Street Journal*. Embora tenhamos assinado juntos estas reportagens, na grande maioria das vezes viajámos e entrevistámos pessoas individualmente. O material recolhido em Xinjiang, por exemplo, resulta de reportagens do Josh para o *The Wall Street Journal* em 2017 e 2018, ao passo que a Liza conduziu a maior parte das reportagens em Hangzhou. Embora a maior fatia do livro beneficie da nossa experiência combinada de 25 anos a viver e a fazer reportagens na China, tentámos manter-nos fora das histórias tanto quanto nos foi possível. Nas raras ocasiões em que sentimos necessidade de descrever observações ou interações de um ponto de vista pessoal, escolhemos usar o pronome pessoal «nós» para evitar a estranha distração de nos referirmos a nós mesmos na terceira pessoa.

Ao longo do livro, referimo-nos muitas mais vezes ao Partido Comunista do que ao governo chinês ou à China como um todo. Embora os membros do Partido Comunista correspondam a pouco mais de 5 % da população da China, o partido é o poder supremo no país, estando acima do governo e do sistema legal. É igualmente a força motriz por detrás da conceção, da construção e do funcionamento do estado de vigilância chinês.

Em raras ocasiões, mudámos nomes e detalhes biográficos para proteger fontes na China e noutros locais que estão sujeitos a possíveis repercussões só por terem falado connosco.

INTRODUÇÃO

DISTOPIA À PORTA

Primeiro tiraram sangue a Tahir Hamut. Depois, as impressões vocais e digitais. Guardaram o rosto para o fim.

O agente da polícia gesticulou para um banco à frente da câmara e Tahir sentiu o cansaço abater-se sobre ele. Tahir e a mulher, Marhaba, haviam passado toda a tarde naquela cave sem janelas, em silêncio, à espera da sua vez a cada nova etapa, sem se atreverem a perguntar porque estavam ali. Os agentes nada lhes avançavam. Cada um deles sentado atrás do seu computador como um robô irritável, emitindo instruções num tom monocórdico e vagamente ameaçador.

Noutras partes da China, a polícia funcionava muitas vezes como uma espécie de segurança presunçosa. Desarmados e pouco treinados, podiam ocasionalmente ser encontrados na rua, batendo em retirada e exasperados ao som do grasnar dos aposentados ornamentais aborrecidos por lhes ter sido pedido que não monopolizassem o espaço público. Em Xinjiang, era diferente. Nesta remota franja ocidental do país, à porta da Ásia Central, a polícia era temível e estava bem armada. Qualquer interação com eles comportava uma aura de perigo de violência potencial. A tensão era tolerável por espaços curtos de tempo, mas estar submetido a ela durante horas era esgotante.

Tahir sentou-se no banco e observou o polícia enquanto este mexia na câmara. Em vez de uma lente normal, tinha três pequenas lentes montadas na horizontal numa carcaça mais ou menos do tamanho e largura de um pequeno cassetete. Tahir trabalhara como realizador ao longo de mais de 15 anos e nunca vira nada assim.

O polícia disse a Tahir para se endireitar no banco e ajustou o tripé até as lentes se alinharem perfeitamente com o centro do rosto de Tahir.

A câmara estava ligada por um cabo a um computador na mesa oposta. Uma mulher ao computador dava instruções numa voz monótona. Olhe para a câmara. Vire o rosto para a direita, vire completamente para a esquerda. Vire-se novamente de frente para a câmara. Olhe para cima e para baixo.

«Devagar», dizia. «Mas não demasiado devagar.»

Tahir olhou fixamente para a lente, as suas costas direitas e tensas. Virou a cabeça para a direita, fez uma pequena pausa e começou a virar a cabeça para a esquerda.

«Pare», disse a mulher. «Demasiado rápido. Outra vez.»

Tahir recomeçou. A agente mandou-o parar outra vez. Demasiado lento desta vez.

À terceira, acertou. Enquanto ele virava o rosto, as lentes capturavam as ondas de luz emitidas por uma lâmpada fluorescente no teto ao refletirem na sua pele. A câmara convertia as ondas em fluxos de zeros e uns que confluíam para o computador, no qual um programa os transformava em semelhança matemática. O programa reunia números que denotavam o seu nariz grande e sua tez escura — traços que tipicamente distinguem os uigures, como ele, dos han, que são o grupo étnico dominante na China. Registou os seus olhos achinesados e os seus lábios finos e cerrados, que manteve imóveis, numa máscara treinada de impassividade. Produziu igualmente uma série de números inteiros para representar o seu cabelo grisalho e puxado para trás numa juba descontraída que lhe dava pelos ombros — o tipo de estilo cosmopolita que se destacava numa cidade do interior como Urumqi, a quase 3200 quilómetros a oeste de Pequim.

Quando acabou, a mulher disse-lhe para abrir e fechar a boca. Tahir olhou para a lente e fez um O com os lábios, como um peixinho de aquário sorvendo água. Quando fechou a boca, a mulher abanou a cabeça.

«Pode ir.»

Aturdido, ficou ali à espera enquanto foi a vez de Marhaba. Era difícil para ela manter uma velocidade constante. A cada tentativa falhada, a sua frustração crescia. Foram necessárias seis tentativas. Quando terminou, ambos subiram as escadas que davam para o átrio da esquadra e passaram por um recentemente instalado portão de segurança, saindo para o entardecer em Urumqi.

Uns desvanecentes raios de sol de maio cintilavam nos picos das montanhas distantes ainda embrulhadas em xailes de neve. Era normalmente uma das melhores alturas do ano em Xinjiang, um intervalo de

conforto ensanduichado entre o inverno cortante e o verão escaldante da região. Mas o tempo cálido pouco podia fazer para derreter o ambiente gelado que se abatia sobre os bairros uigures da região.

Uma extensão irregular de montanhas, uma estepe duas vezes do tamanho do Texas, Xinjiang tem flutuado nas margens da China imperial ao longo de milénios. Tornou-se formalmente uma província da China no final do século XIX, quando os governantes da última dinastia a nomearam província, mas, passados mais de cem anos, ainda parece todo um outro mundo. As diferenças são sobretudo visíveis nas áreas de maioria uigur, um grupo turco-muçulmano cujas raízes podem ser seguidas até às cidades-oásis que pontilham os desertos a sul de Xinjiang. Os enclaves uigures convocam uma atmosfera mais parecida com Istambul do que com Pequim, com bazares barulhentos, letreiros em alfabeto árabe e chamadas para a oração ecoando dos minaretes — expressões de uma identidade distinta que o Partido Comunista da China queria apagar.

Seis meses antes, os líderes do Partido puseram em marcha planos para impor um nível de controlo nunca visto em Xinjiang. Para ajudar nesse intento, as autoridades locais tinham começado a tecer uma teia de sensores digitais por toda a região, sistema que iria facilitar o trabalho das autoridades de monitorizar os uigures e as restantes minorias turcas. Há anos que Xinjiang era alvo de extensa vigilância, mas os sistemas antigos requeriam enormes quantidades de trabalho manual. A polícia podia passar semanas a analisar gravações em vídeo ou a ouvir gravações áudio só para refazer o percurso de um único suspeito. Os novos sistemas utilizavam inteligência artificial para dirimir a ineficiência humana. Conseguiram analisar simultaneamente as transmissões de centenas de câmaras de vídeo e de áudio de microfones, e localizar alvos específicos numa questão de minutos, por vezes de segundos apenas — rápido o suficiente para as forças de segurança perseguirem a presa e a deterem antes de esta se escapar.

A caminho de casa, Tahir e Marhaba passaram de carro por sinais da expansão dessa teia: conjuntos recentes de câmaras de branco-pérola penduradas como percebes malévolos em postes da luz e nas paredes dos edifícios; barreiras de metal enroladas em arame farpado que afunilavam os residentes para portões de entrada onde as suas identidades podiam ser verificadas; polícias munidos de sensores de telemóvel de mão, negros, que entravam e saíam de postos de controlo que de repente haviam surgido em quase todos os cruzamentos.

Cada vez mais, o bairro parecia uma zona de guerra.

Enquanto conduzia, Tahir sentiu uma desagradável mistura de confusão e alívio. A experiência da cave havia sido estranha. Não conseguia imaginar o que a polícia poderia querer fazer com tudo quanto registrara. O que quer que fosse, não seria certamente em seu benefício, tendo em conta a direção em que as coisas em Xinjiang pareciam caminhar. Mais do que tudo, estava grato por os polícias o terem, a ele a Marhaba, deixado sair.

Nos últimos dias, o casal ouvira histórias de amigos no sul de Xinjiang acerca de uigures que eram capturados e levados pela polícia para estranhas instalações. A polícia referia-se a esses locais como «escolas», mas ninguém conseguia dizer o que lá era ministrado. Tanto quanto se sabia, ninguém que tinha sido para lá enviado para «estudar» havia sido autorizado a regressar. O Tahir sentia que era uma questão de tempo até os uigures de Urumqi começarem a ser enviados também para lá.

Tahir achava também que o seu passado o tornava um candidato provável ao desaparecimento. Artista conhecido e respeitado entre os intelectuais de Xinjiang, desempenhava um papel influente na preservação e formação da cultura uigur que o Partido encarava como fonte de resistência. Tinha passaporte e um histórico de viagens ao estrangeiro, o que queria dizer que provavelmente tinha ligações com separatistas uigures fora de portas. E enquanto jovem tinha um histórico de rebelião, incluindo um papel de liderança nos protestos da Praça de Tiananmen em 1989, o qual a certa altura o fez desembocar num campo de trabalhos forçados. Quando ele e Marhaba foram chamados à esquadra, acho que chegara a vez deles de serem «educados». Era difícil para ele conceber que tinham simplesmente conseguido sair de lá.

Outros tiveram menos sorte. No decurso das semanas seguintes, Tahir e Marhaba assistiram ao progressivo esvaziamento do seu bairro. Um dia, caminhando lá fora, Tahir percebeu que o cheiro do pão *tandori naan* achatado, um redemoinho cálido de fermento e sésamo capaz de conjurar mil memórias, tinha subitamente desaparecido. Os jovens rapazes que manejavam os fornos haviam-se eclipsado. Em breve, outros jovens — talhantes, vendedores de fruta, motoristas — começaram a desaparecer. Logo depois, homens de meia-idade e algumas mulheres. Passeios outrora apinhados de gente ao fim de semana passaram a ser extensões solitárias de cimento nas quais os passos ocasionais pareciam fazer eco.

Não tardou muito para os uigures de Urumqi traçarem ligações entre a proliferação da vigilância, a recolha de dados biométricos e os desaparecimentos. A disseminação de novos portões de segurança tornava impossível para os residentes moverem-se pela cidade sem que lhes inspecionassem os bilhetes de identidade e passassem pelas câmaras de reconhecimento facial. Os bilhetes de identidade ou rostos de alguns uigures faziam soar os alarmes, sendo esses conseqüentemente levados para as esquadras da polícia e daí para as escolas misteriosas. Começaram a circular relatórios sobre um sistema que o governo tinha implementado para categorizar os uigures quanto à «segurança» que representavam para a sociedade em que estavam inseridos.

À medida que o tempo foi passando, Tahir começou a perceber as implicações da sua visita ao subsolo da esquadra. O governo tinha uma coleção dos seus marcadores biométricos, nenhum dos quais mudaria com o tempo. Com a digitalização do seu rosto num ficheiro, as câmaras de videovigilância conseguiam reconhecê-lo de qualquer ângulo. Se este novo sistema decidisse que ele constituía um perigo para a ordem social, não teria onde se esconder.



Ao longo das sete décadas de Partido Comunista no poder, Xinjiang tem sido a região mais problemática do país, assolada por conflitos étnicos entre uigures e chineses han que periodicamente culminavam em violência mortal. Contra todas as probabilidades, o Partido conseguiu colocar o território sob controlo total, usando para isso uma combinação de campos de reeducação, lavagem cerebral e vigilância em massa.

A ofensiva do Partido Comunista em Xinjiang está entre os mais perturbadores acontecimentos políticos do século XXI. Os líderes chineses repescaram técnicas totalitárias do passado e mesclaram-nas com tecnologias futuristas num esforço não para erradicar uma minoria religiosa, mas para a submeter a uma «reengenharia». A campanha é em parte uma experiência radical para reinventar o controlo social que força as democracias em redor do mundo a confrontar-se com o poder crescente da vigilância e a debater-se com novas questões acerca da relação entre informação, segurança e direitos individuais.

A vigilância estatal encontra-se entre nós desde que existem estados. Desde 3800 a. C. que os reis babilónicos, na região que é hoje o Iraque,

foram pioneiros de uma forma embrionária de recolha de dados em massa, usando para isso escrita cuneiforme e tabuletas de argila para manter uma contagem constantemente atualizada de pessoas e gado.¹ Os antigos egípcios, romanos e persas seguiram-lhes os passos, conduzindo censos regulares das suas populações, que, com o passar do tempo, se tornaram mais detalhados e sofisticados — esforços para tornar as suas sociedades «legíveis», na memorável descrição² de C. Scott. Para qualquer estado, ser capaz de ler a população — ser capaz de perceber imediatamente quem vive onde, quantas pessoas compõem um determinado agregado familiar, o que possuem e quanto ganham — é crítico para tomar decisões básicas de governação: cobrar impostos, recrutar soldados e repartir cereais. O controlo social, ao longo da história, tem sido inseparável da recolha de informações pessoais.

A evolução da vigilância estatal tem andado de mãos dadas com os avanços tecnológicos. A invenção da fotografia, na década de 1840, revolucionou a forma de identificar os indivíduos. A invenção das escutas telefónicas, umas décadas mais tarde, permitiu à polícia escutar conversas privadas sem ser detetada. Passado um século, a popularização do computador e o aparecimento da Internet aumentaram extraordinariamente o alcance de praticamente todos os instrumentos de vigilância e catalisaram o aparecimento de inúmeras novas ferramentas.

Desde o fim da Guerra Fria que o debate acerca da vigilância estatal se tem focado largamente nos limites que lhe devem ser colocados. Qual o equilíbrio que deve existir entre direitos civis individuais, como o direito à privacidade, e interesses sociais, como a segurança pública ou a distribuição justa de benefícios sociais? Qual o nível mínimo de informação que um governo necessita de recolher para fazer o seu trabalho? Sob a liderança de Xi Jinping, o Partido Comunista colocou a questão ao contrário. A questão que Xi coloca agora é: que objetivos públicos pode um governo levar a cabo tendo acesso ao máximo de dados pessoais?

O volume de dados pessoais teoricamente disponíveis para o Partido desafia a compreensão. No início de 2020, perto de 350 milhões de câmaras gravavam as idas e vindas das pessoas nas ruas da China, nas praças públicas, nas estações de metro e à volta dos edifícios comerciais. Mais de 840 milhões de telemóveis andavam nas malas e bolsos dos pedestres chineses, enviando um fluxo contínuo de dados de localização aos operadores de comunicações móveis. Os meios de pagamento digital registavam milhões de transações diárias em bases de